



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E O TRATAMENTO DOS GÊNEROS DISCURSIVOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Tatiane Henrique Sousa Machado¹

RESUMO: O presente estudo dedica-se a discutir os conceitos de alfabetização e letramento conforme aporte de Tfouni, Soares e Street aliando-os a teoria dos gêneros discursivos. Para tanto, adota-se a perspectiva teórica bakhtiniana acerca dos gêneros discursivos, compreendidos como enunciados relativamente estáveis, munidos de uma determinada finalidade social, logo, presentes em determinadas esferas sociais da atividade humana. Desse modo, nota-se que a teoria dos gêneros discursivos, lança mão de enunciados socialmente utilizados e historicamente constituídos a diferentes interlocutores, todavia, quando transferidos à escola, configuram-se como artificiais, podendo, entretanto aproximar-se em maior ou menor grau da realidade concreta percebida na sociedade. Esse grau (maior ou menor) de artificialidade do gênero pode ser revisto pela seleção adequada de gêneros relevantes ao aluno. Sendo assim, pode-se observar por meio deste estudo, que o uso dos gêneros discursivos na escola pode contribuir para que os alunos tenham acesso a diferentes formas de utilização da linguagem, logo, possibilita um melhor grau de letramento (ideológico) entre os estudantes. Todavia, para que esse objetivo seja alcançado, é importante a capacitação dos docentes, para que essa prática não seja realizada como mera inserção de textos 'diferentes na escola' e para que esses enunciados atuem efetivamente como mediadores. Neste sentido, são salutares as contribuições dos crescentes estudos da Linguística Aplicada, que tem se preocupado não somente com 'o que' os docentes de Língua Portuguesa devem ensinar, mas fundamentalmente no 'como' o devem fazer, bem como os programas de capacitação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, Letramento, Gêneros discursivos.

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno do termo letramento iniciou-se nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Neste momento, devido à necessidade de demanda de trabalhadores percebeu-se que embora alfabetizadas, muitas pessoas não conseguiam atingir os níveis desejados de compreensão. Logo, seu conhecimento de língua não propiciava que realizassem tarefas nas quais era fundamental a leitura e a escrita de modo efetivo. No Brasil, os estudos do letramento iniciaram-se na segunda metade da década de 1980, por meio a Linguística Aplicada, entretanto, percebe-se hoje que esse conceito é citado por diversas outras áreas, como Educação, História e Sociologia, dentre outras. Semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos, pesquisadores no Brasil observaram que, embora escolarizadas, as pessoas possuíam dificuldades para fazer uso de seu conhecimento de leitura, escrita e oralidade em situações concretas de uso da língua, evidenciando, portanto que, "o saber ler e escrever dos indivíduos requer não apenas que

¹ Professora da Universidade Paranaense – UNIPAR, e aluna não regular do Programa de Mestrado e Doutorado em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, contato: tatiane@unipar.br

dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas que também saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim seu “estado” ou “condição”, como consequência do domínio desta tecnologia” (SOARES, 2011, p. 29)

Ciente deste cenário, o presente estudo objetiva discutir as diferenças conceituais entre alfabetização e letramento relacionando-a a inserção dos gêneros discursivos na sala de aula especificamente no Ensino Fundamental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo bibliográfico tem por base conceitual a Linguística da Enunciação, a partir da concepção interacionista de língua, e pressupostos teóricos de Bakhtin e seu círculo acerca dos gêneros discursivos. Em relação ao conceito de alfabetização e letramento, o aporte fundamenta-se nas pesquisas de Tfouni, Soares e Street, além de documentos oficiais norteadores do ensino de Língua Portuguesa, tais como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino da Língua Portuguesa).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palavra *letramento* surgiu com vistas a nomear o processo de se registrar usos e funções da modalidade escrita em processos sociais de comunicação. Portanto, diferentes comunidades linguísticas podem possuir diferentes práticas de letramento.

Vale destacar que o termo letramento difere-se de *alfabetização*, já que esta se refere ao processo de ensino e aprendizagem do código escrito, enquanto aquele denota as maneiras de utilização da leitura e da escrita socialmente determinadas, portanto, letramento possui significados diferentes para cada grupo social em específico (Street, 1984). Ao encontro deste autor Tfouni (1995) compreende que existe letramento independente da alfabetização, uma vez que esse conceito não se relaciona a escola ou a alfabetização, por conseguinte, os indivíduos mesmo antes de entrarem na escola, já possuem inúmeros conhecimentos relacionados à utilização da linguagem nas práticas cotidianas, pois já convivem com essa necessidade no seu cotidiano.

Assim, para Soares (2004) a alfabetização se refere à apropriação do sistema de escrita, alfabético e ortográfico, por meio de atividades de consciência fonológica, fonêmica, e de identificação das relações fonema - grafema, que permitem a decodificação da língua escrita. Enquanto letramento para essa mesma autora se refere à imersão das crianças na cultura escrita, pressupondo experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito, destarte, implica a vinculação das práticas de leitura e escrita as atividades cotidianas. O letramento agrupa a leitura e a escrita dos diferentes gêneros que circulam na sociedade (notícias, bilhetes, jornais). Neste sentido, Soares (2004), existe uma necessidade urgente de promoção da alfabetização e do letramento, integrando-as sem perder a especificidade de cada uma, bem como a diversidade de métodos e procedimentos para ensino de um e de outro em consonância as diferentes indivíduos e contextos com os quais nos deparamos.

Conforme Street (1984) pode-se entender letramento por duas perspectivas: a primeira é o Modelo de Letramento Autônomo, dominante na sociedade, que pressupõe que há apenas uma maneira de desenvolver o letramento, sendo que essa forma está associada quase que casualmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social; e a segunda Modelo de Letramento Ideológico em que as práticas de letramento são social e culturalmente determinadas e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida, e, ao invés de conceber um grande divisor entre grupos orais e letrados, como faz o modelo autônomo, pressupõe a existência, e investiga as características, de grandes áreas de

interface entre práticas orais e práticas letradas. Para melhor compreensão, destaca-se que a concepção de letramento adotada neste estudo, pauta-se no letramento ideológico, enquanto prática situada num determinado contexto social e cultural de um dado grupo de indivíduos.

Segundo Soares (2004) o Modelo de Letramento Autônomo representa a escola tradicional pelo fato de se postular a escrita como independente da oralidade, visto que o processo de interpretação é determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito. Dessa forma, nesta concepção a aprendizagem da linguagem escrita está diretamente relacionada ao desenvolvimento do pensamento abstrato, lógico e descontextualizado, assim, os grupos que desenvolvem a escrita são considerados superiores em relação aos grupos que não a possuem.

Entretanto, sabe-se que toda criança, jovem, adulto ou idoso, independentemente de serem alfabetizados ou não vivem numa sociedade na qual a todas as ações são permeadas pela linguagem escrita. Dessa forma, a prática pedagógica que vise contribuir para o processo de ensino e aprendizagem com real significado, deve pautar-se essencialmente nessa aplicabilidade da língua, levando em consideração obrigatoriamente esse conhecimento que o aluno (indiferente da faixa etária) possui.

Assim, em relação às crianças deve-se propiciar o contato com as diferentes formas de representação da linguagem, demonstrando como essas diferentes manifestações são postas no mundo. Já no que se refere aos jovens, adultos e idosos espera-se que as práticas pedagógicas estejam inseridas ao universo cultural, vocabular, além de valorizar sentidos atribuídos pelos alunos e docentes. Tal concepção deve prestar atenção no cenário da comunidade, reconhecendo o núcleo de interesses e necessidades deste aluno.

Neste contexto, a compreensão de gêneros do discurso nos estudos de Bakhtin/Volochinov (1992) e Bakhtin (2003) toma por base as práticas e diferentes usos da linguagem; conferindo que toda atividade humana se estabelece na relação com a língua, por meio de enunciados, os quais refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera de atividade humana. Assim, conforme Bakhtin (2003), o enunciado particular é individual, entretanto, os campos de utilização da língua elaboram 'tipos relativamente estáveis' de enunciados, denominados gêneros do discurso. Vale destacar que relativamente estáveis, se deve a diversidade dos gêneros serem infinitas, uma vez que são inesgotáveis as possibilidades de atividade humana.

Para sistematização do estudo dos gêneros Bakhtin (2003) assevera que o reconhecimento de um gênero se dá pela identificação de três itens: conteúdo temático; construção composicional e estilo, itens constitucionalmente interligados, uma vez que os discursos são construídos em consonância as esferas da atividade humana (escola, trabalho dentre outros) e materializam-se de acordo com essas necessidades. Portanto, os gêneros discursivos não se referem a simples composição de características textuais semelhantes (a um mero agrupamento), mas sim a junção de conteúdo (definido pelo enunciador de acordo com a necessidade), estilo (individual, todavia, definido pelo outro) e construção composicional (parte visível que define o gênero), aliados a um dado enunciado numa esfera da comunicação.

Portanto, os gêneros do discurso são enunciados relativamente estáveis utilizados pelos falantes em diferentes esferas da atividade do homem, com vista a diferentes objetivos ou motivações. Por conseguinte, os estudos bakhtinianos o gênero estabelece-se num processo de interação verbal, uma vez que segundo Bakhtin (1992, p. 123) "a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, [] mas pelo fenômeno social da interação verbal".

Sendo assim, o tratamento didático dos gêneros discursivos deve levar em consideração a finalidade, interlocutor, gênero (conteúdo, estilo e estrutura), suporte,

circulação e posição do sujeito, definidas por Bakhtin e compreendidas por Geraldini (1997) como: O que dizer; Para quem dizer; Como dizer: Por que dizer; e estratégias do dizer, que se configuram como condições de produção textual indispensáveis para a concretização da escrita como enunciação, pois será a partir delas que o processo da escrita se tornará natural e vinculado a uma situação discursiva que suscitará construção de sentidos e não mera 'cópiação' ou 'reprodução' de modelos previamente apresentados. Conforme os PCNs de Língua Portuguesa no ensino fundamental o aluno precisa desde o primeiro ciclo ser capaz de ler diferentes textos que circulam socialmente, dentre os quais cita-se entrevistas, contos, piadas, relatos, notícias, rótulos, classificados dentre muitos outros. Entretanto, a seleção do material deve priorizar o interesse e o atendimento aos projetos de estudo e pesquisa das diferentes áreas trabalhadas na escola. Contudo, destaca-se que existe uma diferença entre a recomendação dos documentos oficiais e a prática cotidiana. Fato esse, que se deve em grande parte pela necessidade de capacitação docente para essa nova perspectiva de trabalho, já que alguns professores em exercício não tiveram tais reflexões nos cursos de formação em nível de graduação ou pós-graduação, e precisam agora, adaptarem-se ao novo cenário de ensino de alfabetização atrelada às práticas de letramento. Neste sentido, conforme assevera Rojo e Cordeiro (2004, p. 12) "as orientações e os referenciais novos que os PCNs puseram em circulação nas escolas e nos programas de formação de professores geraram inúmeras dúvidas quanto a como pensar o ensino dos gêneros escritos e orais e como encaminhá-lo de maneira satisfatória".

Consoante a esse problema, observa-se algumas estratégias de capacitação promovidas pelo governo do Estado do Paraná, objetivando o aprimoramento do tratamento dos gêneros do discurso nas séries iniciais, das quais destacamos o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e atividades de formação continuada desenvolvidas com apoio da Secretaria de Educação do Paraná, por meio de cursos ministrados abordando esta temática. Ao encontro disso, observa-se ainda a crescentes pesquisas no ramo da Linguística Aplicada que visam contribuir para a efetivação da aprendizagem dos mecanismos da língua na sala de aula.

Segundo Scheuwly e Dolz (2004) os gêneros são fundamentais mecanismos de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, entretanto, a escola prima por trabalhar com os aspectos estruturais e formais, desconsiderando os aspectos comunicativos e interacionais, ou seja, a função comunicativa do texto, seu objetivo real de existência na sociedade. Neste mesmo sentido, pode-se compreender que quanto mais próximas as atividades dos fatos ocorrem na vida cotidiana, mais significativas serão a escrita para a criança que está em processo de aquisição, logo, alfabetização e letramento alfabetização são fundamentais para que o sujeito seja capaz de participar de diferentes práticas sociais com a escrita.

Desse modo, parte-se do pressuposto que o gênero, enquanto prática social pode orientar a ação pedagógica com a língua e possibilitar o trânsito pelas diferentes esferas de comunicação. Prática essa que engendrará a inserção social efetiva que consequentemente permitirá ao aluno o atributo de construtor de seu próprio discurso (PCN, 1999) e não mero repetidor de 'verdades' propagadas.

4 CONCLUSÃO

Os processos de alfabetização e letramento possibilitam que o indivíduo perceba como a linguagem é utilizada na sociedade, para desse modo lançar mão desse conhecimento nas diferentes situações concretas. E neste contexto, acreditamos que os gêneros do discurso quando trabalhados em seus aspectos constitutivos que sobressaem à mera forma ou estrutura, ou seja, levando em consideração seu uso, função e situações comunicativas podem contextualizar o ensino de língua na escola, demonstrando a

diversidade de formas de manifestação da linguagem na sociedade em consonância aos objetivos e interlocutores diferentes.

Assim, aliar as práticas de letramento e alfabetização por meio do uso dos gêneros discursivos necessita muito mais do que uma seleção de diferentes textos, mas sim um compromisso dos professores e estâncias públicas com o reconhecimento na natureza social da linguagem, para desse modo, cooperar para a formação do cidadão, tal vislumbrado nos PCNs.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. / VOLOCHINOV, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais DE Língua Portuguesa**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

DOLZ, J. SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SOARES, M., **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2011.

ROJO, R. & CORDEIRO, G. S.. Apresentação: gêneros orais e escritos como objetos de ensino: modo de pensar, modo de fazer. In: SCHNEUWLY, . & DOLZ, & Colab. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2004.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.